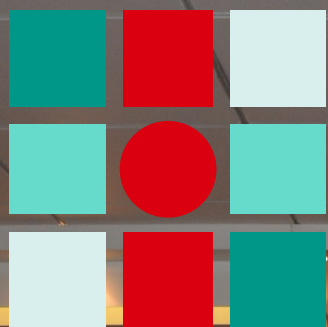


DEZEMBRO 2019

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online

Federação Nacional
da Educação



CONSULTA NACIONAL 2019

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

P.8 À P.11



Editorial

O GOVERNO TEM OBRIGAÇÃO DE SE DISPONIBILIZAR PARA A NEGOCIAÇÃO

Terminamos o ano de 2019 com a consciência de que se tornam cada vez mais urgentes medidas políticas concretas que traduzam o efetivo investimento no reconhecimento das grandes responsabilidades que a sociedade atribui aos educadores e professores e aos trabalhadores não docentes nas nossas escolas, e portanto na valorização das suas carreiras, tornando-as compensadoras para os que as exercem e atrativas para os mais jovens.

O Orçamento de Estado que vai ser debatido e votado no início do novo ano não disponibiliza, pelo que nele registamos, medidas que vão no sentido da valorização dos que trabalham em educação, nem sequer dá expressão ao reforço que seja suficiente para medidas que de uma forma consistente garantam o crescimento de ofertas de educação e formação necessárias particularmente para os adultos, ou de fortalecimento de uma efetiva escola inclusiva, com a diversidade de recursos humanos e materiais que são essenciais para a sua concretização.

A verdade é que a FNE não só conhece e identifica com clareza, quer os problemas, quer as políticas que devem ser concretizadas, como está disponível para as discutir com o Governo, no sentido de que, em clima de concertação e de diálogo social, se possam introduzir as mudanças que a realidade impõe.

No entanto, registamos muito negativamente que até agora o Ministério da Educação não tenha aberto qualquer processo negocial.

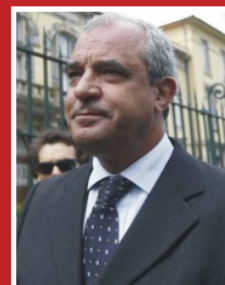
A FNE considera essencial que se abram os mecanismos de negociação que sejam adequados à consideração dos problemas existentes e para a sua resolução, assegurando que, se necessário, iniciará a apresentação de queixas junto das entidades competentes, para que o Governo assuma as suas responsabilidades ao nível do estabelecimento dos processos negociais que são incontornáveis e imprescindíveis.

Aliás, já em relação à definição dos aumentos salariais para a Administração Pública que estão previstos neste Orçamento, aquilo a que se assistiu no âmbito das reuniões realizadas sobre essa matéria com a Secretaria de Estado da Administração Pública, foi a uma mera imposição de um valor que, além de ridículo, nem sequer foi passível de negociação.

Não é tolerável esta indisponibilidade do Governo para a negociação. As organizações sindicais e os trabalhadores não podem permitir que o Governo atue de uma forma totalmente avessa ao diálogo social e à concertação, o que constitui um sinal inaceitável de sobrançeria e de intolerância.

fne

João Dias da Silva
Secretário-Geral



NESTA EDIÇÃO

P.2 - EDITORIAL | **P.3 À P.7** - IMAGENS QUE MARCARAM O ANO DE 2019 DA FNE | **P.8 À P.11** - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA CONSULTA NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA | **P.12, P.13** - FNE REUNIU COM BE, PSD E LIVRE NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA | **P.14** - RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL DA UGT "AGIR JÁ NA ATUALIZAÇÃO DE SALÁRIOS" | **P.15** - DIA NACIONAL DO PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO: CELEBRAR A ESPERANÇA EM PONTA DELGADA | **P.16, P.17** - CONFERÊNCIA FINAL DO PROJETO EU CONVENCE EM VARSÓVIA | **P.18** - PROFESSORES PARA A RENOVAÇÃO SINDICAL EM ROMA | **P.19** - CSEE E EMPREGADORES ACORDAM PROGRAMA PARA 2020-2021 | **P.20** - DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DEZEMBRO DE 2019 | **P.21 À P.23** - +VANTAGENS FNE

FNE EM 2019

imagens que marcaram o ano



JANEIRO



FEVEREIRO



MARÇO



JANEIRO

Plenário de professores à porta do Ministério da Educação
Iniciativa bandeira 942 pelo país
Arranque em Mafra da iniciativa Agimos Juntos

FEVEREIRO

Greve e protesto da Função Pública
Concentração à porta da residência oficial do Primeiro-Ministro
Entrega do álbum de fotografias da iniciativa 942 na residência oficial do Primeiro-Ministro

MARÇO

Manifestação Nacional de professores em Lisboa
FNE em S.Tomé e Príncipe
Vigília FNE/FESAP à porta da residência oficial do Primeiro-Ministro

ABRIL



MAIO



JUNHO



ABRIL

DIA R - Concentração em frente à Assembleia da República
FNE na audição na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência
FNE na conferência Mobilidade de Aprendizagem na Europa, em Bruxelas

MAIO

Manifesto FNE para as eleições europeias
II Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo - Mafra
1º de Maio UGT em Braga

JUNHO

Conferência de Imprensa para denunciar falta de respostas sobre o tempo de serviço congelado
Campanha FNE - 500 faixas pelo país

JULHO



SETEMBRO



OUTUBRO



JULHO

Conferência de Imprensa de balanço do ano letivo
Reunião FNE de final de ano letivo
FNE em Bangkok no 8º Congresso Mundial da Internacional da Educação

SETEMBRO

Apresentação do Roteiro FNE para a legislatura
Visita a escolas no início do ano letivo
FNE e UGT em S.Tomé

OUTUBRO

FNE na reunião do TUAC na OCDE, em Paris
Celebração Dia Mundial do Professor em Lisboa
VII Convenção FNE/CONFAP/ANDAEP/FNAEBS

NOVEMBRO



DEZEMBRO



FNE EM 2019

imagens que marcaram o ano

NOVEMBRO

FNE entrega contributo a Dom Ximenes Belo
Dia Nacional do Pessoal Não Docente em Ponta Delgada
Fórum FNE 2019

DEZEMBRO

Apresentação dos resultados da Consulta Nacional sobre Educação Inclusiva
FNE em Varsóvia na Conferência final do projeto EU CONVINCCE
Reuniões com Grupos Parlamentares na Assembleia da República

João Dias da Silva, na apresentação da Consulta Nacional sobre Educação Inclusiva: “Não há inclusão sem equidade”



A FNE apresentou em 5 de dezembro de 2019 os resultados da sua Consulta Nacional sobre Educação Inclusiva, em que participaram mais de 600 professores e educadores, entre eles Educadores de Infância, Docentes, Professores Titulares de Turma, Diretores de Turma e Docentes de Educação Especial.

A consulta incluiu ainda entrevistas a 70 diretores de escola e incidiu sobre a operacionalização do Regime da Educação Inclusiva (Decreto-Lei nº54/2018, de 6 de julho). A apresentação dos resultados decorreu em forma de seminário, sob o título “Melhorar a Educação Inclusiva”, perante uma audiência de cerca de uma centena de participantes, no Novotel, em Lisboa.

O seminário contou com a presença na plateia das deputadas Lina Lopes (PSD), Ana Rita Bessa (CDS), Alexandra Vieira (BE) e Anabela Castro (PAN), em representação dos Grupos Parlamentares dos partidos e teve a sessão de abertura a cargo de Fátima Carvalho, Coordenadora

do Grupo de Trabalho da FNE sobre Educação Inclusiva, e Jorge Santos, Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral da FNE.

Fátima Carvalho, após uma saudação especial a todos os que fizeram parte deste grupo de trabalho, apresentou e justificou as razões pelas quais a FNE avançou para este estudo: "A FNE percebeu, pelo contato que ia tendo com os professores, que o DL nº 54 estava a gerar alguma controvérsia e muitas dúvidas. Daí ter sido percebido que era necessário avançarmos para uma Consulta Nacional".

Já Jorge Santos realizou uma breve perspetiva histórica, passando pelo papel que as escolas públicas foram ganhando na 'normalização' deste modelo, pela Declaração de Salamanca e pelos valores da inclusão, afirmando ainda que "este é um tema com mais de um século e que urge procurar respostas para que todos tenham um desenvolvimento com os mesmos direitos".

A apresentação do estudo elaborado sobre a aplicação do Decreto-Lei nº 54/2018 contou com intervenções do Grupo de Trabalho da FNE sobre Educação Inclusiva (Fátima Carvalho: Coordenadora; Gabriel Constantino e Paulo Fernandes: Secretários Nacionais; José Carlos Lopes, Paula Martins e Alcino Silva: dirigentes) e com a discussão dos resultados como primeiro ponto em destaque.

Os resultados deixaram perceber que, relativamente à burocracia criada por este documento, 65% consideraram-no muito burocrático e gerador de desigualdades no acesso e no tipo de respostas, colocando em causa o princípio de igualdade e equidade, que o diploma propõe, e aumentou assim a burocratização do processo.

Já sobre a aplicação da lei, os resultados mostraram que devia ter sido acautelada com um período de transição, formação adequada para os docentes, não docentes e ainda a criação de estruturas de apoio às escolas em número suficiente.

Quanto à elevada falta de compreensão a respeito do 'princípio de abordagem multinível' ficou concluído que se este é um dos princípios estruturantes do diploma o facto de não ser compreendido, nem assimilado, dificulta a sua aplicação.



O âmbito de ação do diploma (Artº1) foi outra das matérias questionadas, percebendo-se que os docentes não estão de acordo com o largo espectro do público-alvo a quem se destina o diploma, defendendo por lado inverso um diploma "específico para os alunos com uma determinada problemática", entendendo-se ainda que o DL 54/2018 se contraria a si próprio, pois tem como objetivo ser um processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos.

Numa síntese sobre a participação dos pais (artº4) concluiu-se que esta está muito aquém do pretendido pelo diploma, que defende que estes (no âmbito do exercício dos poderes e deveres que lhes foram conferidos nos termos da Constituição e da lei) têm o direito e o dever de participar e cooperar ativamente em tudo o que se relacione com a educação do seu filho ou educando.

Dos inquiridos, 91% consideraram que o tempo assumido no diploma é insuficiente para a sua aplicação e 80% assumiram que os seus horários não contemplam tempos para o trabalho colaborativo entre professores. Um dos pontos em destaque é também os 94% de respostas que consideraram que a componente não letiva é insuficiente, sendo urgente a integração

destas funções na componente letiva dos docentes.

Face aos resultados obtidos, a FNE vai apresentar à Assembleia da República propostas de alteração do diploma nº 54/2018 que passam por:

- Redução da carga burocrática, melhorando assim a sua funcionalidade.
- Referência à obrigatoriedade de turmas reduzidas, de modo que fique assegurado que tal situação fique sempre prevista e não dependa de diplomas, cujas condições são revistas anualmente.
- Referências específicas a alunos com necessidades educativas especiais de cariz grave/severo.
- Inclusão - capacidade de a escola gerar respostas diferentes para alunos com problemáticas diferenciadas.
- Contemplar nos horários dos docentes e técnicos tempos para o trabalho colaborativo com vista ao sucesso da aplicação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.
- Clarificar as funções atribuídas aos docentes de Educação Especial no âmbito da componente letiva e não letiva.
- Reforçar efetivamente o número de Professores de Educação Especial.
- Integrar na componente letiva do horário dos professores o trabalho realizado no âmbito das equipas multidisciplinares, que deverá ficar explicitamente lavrada no diploma.
- Definir (no corpo de texto da Lei) uma metodologia que integre o recurso a instrumentos que possibilitem a utilização de uma linguagem universal para identificação dos fatores que facilitam e/ou dificultam o progresso e o desenvolvimento das aprendizagens, nomeadamente fatores da escola, do contexto e fatores individuais do aluno.
- Aumentar o crédito de horas das escolas destinadas à antecipação e

reforço da aprendizagem, ao apoio tutorial, à intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos, ao apoio psicopedagógico e ao desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

- Tendo presente a revogação da Portaria nº 201-C/2015, de 10 de julho, importa dotar as escolas de condições materiais e humanas para a implementação dos Planos Individuais de Transição, previstos no artigo 25º do DL 54/2018, e preencher o vazio legislativo.

- Tendo em consideração que as escolas do interior continuam com extremas dificuldades em estabelecer parcerias, devido à sua realidade (nomeadamente inexistência de empresas, de instituições e ausência da intervenção dos Centros de Recursos para a Inclusão), deverão ser previstas no diploma medidas alternativas que compensem estas dificuldades, com reforço de autonomia administrativa e financeira das escolas, ou da criação de programas de incentivo.

- Articular os diplomas que versam sobre matérias que se intersejam no que respeita ao seu público-alvo, de forma que os objetivos a que se propõem possam ser cumpridos.

- Salvar o direito de acesso ao ensino superior dos jovens com necessidades de apoio à aprendizagem, numa articulação futura com legislação a criar para o efeito, garantindo assim um efetivo direito ao prosseguimento de estudos de todos os cidadãos.





João Dias da Silva não deixou também de lembrar que "a entrada em vigor deste diploma assentou mais uma vez naquilo que é a lógica mais tradicional deste Ministério em relação às mudanças, pois elas são impostas de cima para baixo, sem que sejam chamados a dar a sua opinião sobre a sua concretização aqueles que a vão operacionalizar. Nunca ouviram quem deveriam ouvir, mas sim quem quiseram ouvir e que estavam do lado da solução implementada", afirmando ainda que "este diploma é mais um sinal da falta de respeito pelos professores pois, mais uma vez, ninguém reconheceu a importância que o seu contributo teria", deixando ainda o SG o aviso de que "não há inclusão sem equidade" – que acabaria por ficar como uma das mensagens principais a reter desta Consulta.



E como em tudo o que é matéria de educação, a FNE não desiste e vai apresentar na Assembleia da República, à Comissão Parlamentar de Educação, as conclusões da Consulta Nacional, até porque neste momento, lembrou o SG da FNE, no fecho deste seminário, "está a ser elaborado o Orçamento de Estado (OE) para 2020. Aquilo que foi aqui dito foi que faltam recursos humanos e materiais. Então queremos que o OE para 2020 já tenha a previsão desses recursos, que são essenciais para que o processo de inclusão respeite os alunos".

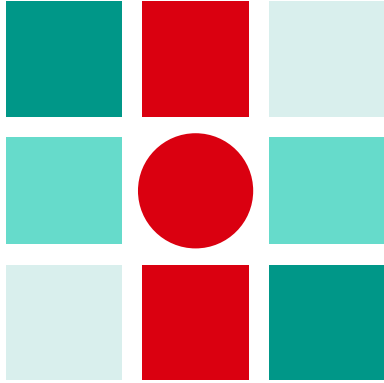
Os resultados da Consulta Nacional da FNE vão agora servir de fundamentação para as linhas orientadoras de uma proposta de alteração do DL 54/2018, permitindo também uma reflexão responsável sobre a

implementação deste diploma junto dos principais agentes educativos envolvidos no processo, assim como a elaboração, com quem está no terreno, de propostas fundamentadas para a sua melhoria e aplicação, capazes de vir a enriquecer um percurso pedagógico-didático, que a FNE deseja verdadeiramente inclusivo.

Este estudo deveu-se às muitas dúvidas levantadas pelos professores e educadores sobre a aplicação da nova legislação, e face ao facto de as medidas nela previstas serem alvo de múltiplas leituras e formas de implementação, consoante as interpretações, tendo-se gerado grande heterogeneidade de processos nas escolas e agrupamentos, que podem colocar em causa a aplicação do diploma, assim como os próprios princípios de Equidade e Inclusão, para que o mesmo aponta.



A FNE agradece a todos os que colaboraram nesta Consulta Nacional, através do preenchimento do questionário ou respondendo à entrevista. O agradecimento estende-se ao Grupo de Trabalho da Inclusão, aos dirigentes sindicais que promoveram a sua divulgação e desenvolvimento logístico no terreno, ao Secretariado Nacional, que acompanhou o seu desenrolar, e aos secretários nacionais mais diretamente envolvidos no seu acompanhamento.



CONSULTA NACIONAL 2019

EDUCAÇÃO INCLUSIVA



FNE reuniu com BE, PSD e LIVRE na Assembleia da República



No seguimento dos encontros já realizados com PCP, PAN, "Os Verdes", IL, CDS e PS, a FNE regressou à Assembleia da República onde foi recebida para reuniões individuais com o BE, PSD e LIVRE.

A delegação da FNE constituída pelo Secretário-Geral, João Dias da Silva, pela Presidente do STAAESRA, Cristina Ferreira, e pelo Secretário-Nacional António Sota Martins (SDPGL), manifestou aos representantes destes partidos a sua disponibilidade para o diálogo, partilha de opinião e expectativas em relação ao desenvolvimento das políticas de educação e das condições de trabalho dos profissionais nas escolas, servindo esta iniciativa também para a apresentação do Roteiro para a Legislatura da FNE, recentemente aprovado em Secretariado Nacional.

A FNE reforçou nestes encontros a sua preocupação em relação ao início atribulado deste ano letivo, marcado pela falta de professores que afeta milhares de alunos e a falta de Pessoal Não Docente, que tem levado ao encerramento de muitos estabelecimentos de ensino, no seu todo ou em parte, sendo também realizado um balanço sobre os resultados do relatório PISA 2018, da OCDE, apresentados em 3 de dezembro, e também sobre a Consulta Nacional sobre Educação Inclusiva realizada pela FNE.

A FNE demonstrou ainda outras preocupações educativas que constam da Resolução "Programa do atual Governo na área da Educação insuficiente para garantir uma Educação de qualidade", como a urgência da criação de uma carreira especial para os não docentes, a recuperação total do tempo de serviço dos professores, o desafio ao

Governo de terminar esta legislatura com 12 mil professores com idade abaixo dos 30 anos, a definição de um regime especial de aposentação e o rejuvenescimento do corpo docente, assim como a revisão do regime de concursos e a precariedade existente em docentes de todos os graus de ensino.

O BE, representado pelas deputadas Joana Mortágua e Alexandra Vieira, demonstraram uma concordância no essencial com as reivindicações da FNE, alertando para o facto de "o Ministério da Educação, ao não mostrar qualquer tipo de ação, beneficiar neste momento de margem de manobra nula da comunidade educativa".

Para o BE "é notório que este Governo coloca as finanças à frente das necessidades sociais. É necessário permitir uma gestão mais democrática das escolas e resistir ao máximo à municipalização que se aproxima", assumindo ainda que "vamos levar a questão dos rácios dos trabalhadores não docentes ao debate orçamental".

Joana Mortágua e Alexandra Vieira defenderam ainda que temas como a retirada do amianto das escolas, a mobilidade dos professores e a questão do Decreto-Lei nº 54/2018 relativo à Educação Inclusiva têm de ser levadas a debate nesta legislatura.



Já Luís Leite Ramos, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Cláudia André, Coordenadora do Grupo Parlamentar do PSD e a assessora Maria Eugénia Gambôa, começaram por considerar também que a aplicação do diploma do DL nº54 tem necessariamente de passar por uma revisão na forma como é aplicado, de forma a que seja evitada a pressão burocrática que agora estabelece aos professores.

O PSD considerou que "já percebemos que este Ministério só vai atuar em situações momentâneas, problemas localizados, mas sem políticas de continuidade" desafiando em seguida a FNE a apresentar duas políticas de educação que considere fundamentais tratar nesta legislatura.

A este 'desafio', a FNE respondeu que a valorização dos professores e dos não docentes, assim como a recuperação das instalações escolares degradadas, são duas questões que precisam de respostas ao longo desta legislatura.

Joacine Katar Moreira, deputada do Livre, acompanhada dos assessores Ana Lobato e José Araújo, salientou também a partilha dos princípios e propostas da FNE para esta legislatura, reforçando que nada se alcança em Educação sem a valorização do trabalho dos professores e dos trabalhadores não docentes, mostrando total disponibilidade para iniciativas legislativas que

possibilitem uma melhoria numa área que considerou como "constantemente colocada num caldeirão de mudanças legislativas, o que tem levado a um grande sofrimento por parte dos trabalhadores da educação.

Há uma insistência na industrialização do ensino e isso origina que quem trabalha no setor seja olhado como operador de execução e não como parte importante na reflexão para o melhor da Educação", afirmou.

A fechar, também o Livre lançou um desafio à FNE: enumerar duas medidas que considerasse fundamental estarem incluídas no próximo Orçamento de Estado (OE).

A FNE considerou que o estabelecimento das carreiras especiais dos não docentes e a recuperação integral do tempo de serviço congelado, são matérias que deveriam constar obrigatoriamente na discussão deste próximo OE.





Resolução do Secretariado Nacional da UGT Agir já na atualização de salários

O Secretariado Nacional da UGT, reuniu a 20 de dezembro e aprovou a resolução "Agir já na atualização de salários" com as seguintes decisões no setor da Educação.

A UGT continua a insistir na necessidade de se atuar rapidamente sobre problemas estruturais que estão identificados na área da educação, de entre os quais sublinhamos:

- Envelhecimento excessivo, quer de docentes, quer de não docentes, registando-se negativamente a ausência de políticas de rejuvenescimento destes profissionais;

- Inaceitáveis índices de mobilidade geográfica e, portanto, de instabilidade de vida pessoal e de precariedade profissional em demasiado tempo da vida profissional dos docentes, não sendo estabelecidos mecanismos que visem promover a estabilidade e a justiça no recrutamento dos docentes, indispensáveis ao regular funcionamento das escolas;

- Elevado desgaste físico e psicológico motivados por tarefas administrativas desnecessárias e pela ultrapassagem sistemática dos limites do tempo de trabalho legalmente estabelecidos, desvirtuando o que deve ser uma conciliação adequada do tempo de vida pessoal e familiar com o tempo de trabalho, e sem que se adotem medidas que eliminem estas situações;

- Insuficiência de trabalhadores não docentes, tendo como consequência a limitação dos serviços que a escola deve garantir, sem que se assumam orientações que visem atribuir às escolas os trabalhadores indispensáveis para o seu funcionamento;

- Multiplicação de situações de alunos sem aulas, por incapacidade do sistema para lhes garantir o direito a terem aulas em todos os dias do ano letivo.

A educação precisa de responder a estes desafios, incluindo a necessidade de garantir estatutos remuneratórios adequados.

Para a UGT, é incontornável a aposta na revalorização dos profissionais da educação, docentes e não docentes, das suas carreiras e das suas condições de trabalho.

Para a formulação destas políticas é necessária a convocação de todos os agentes educativos, através dos seus representantes legítimos, aos quais deve ser assegurada a capacidade de intervenção e de reconhecimento dos seus contributos.

Para este trabalho, a Sociedade portuguesa sabe que pode contar com a UGT e com os seus sindicatos.

Mas a UGT e os seus sindicatos também têm de saber se podem contar com o Ministério da tutela e, em particular, com o seu Ministro, para quem o diálogo social nunca pareceu merecer prioridade durante quatro longos anos de impasses, bloqueios à negociação e incapacidade de assumir compromissos que dignifiquem todos os profissionais do sector.

NÃO DOCENTES

24 de novembro

Dia Nacional do Pessoal de Apoio Educativo: Celebrar a Esperança em Ponta Delgada



Este ano comemoram-se os 20 anos da promulgação do DL 515/99, de 24 de novembro, o decreto da nossa esperança.

Infelizmente, passados 20 anos de nos termos enchido de esperança, de termos tido o direito a sonhar com uma carreira que nos valorizasse, respeitasse, reconhecesse o papel fundamental que desempenhamos junto das crianças e jovens deste país, 20 anos depois...não se passou nada.

Estamos cansados, desiludidos, mas não queremos, não podemos, baixar os braços.

A aposta tem de ser na nossa valorização, na nossa qualificação...não, não somos apenas os outros.



Somos muito mais que isso, sem sentimentos de superioridade, mas também sem sentimentos de inferioridade, não somos, não podemos, ser invisíveis.

SOMOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO, MERECEMOS RESPEITO.

Este ano, o STAAE SUL e RA comemorou o Dia Nacional do Pessoal de Apoio Educativo em Ponta Delgada, Açores.

Durante o ano de 2019, foi organizado pelos STAAE's/FNE um questionário que foi respondido por trabalhadores de todo o país, para se fazer uma radiografia mais fidedigna do que os trabalhadores de apoio educativo sentem/pensam no seu dia a

dia. As respostas a este questionário serviram de base a um estudo sobre os trabalhadores, que foi apresentado na sessão comemorativa e que será apresentado durante o ano de 2020, em vários pontos do país.

No final do ano e, como desejo para 2020, queremos que o próximo ano constitua um ano de mudança.

Um ano em que recomeçamos a ter esperança e a sentir realmente que o nosso trabalho é respeitado e efetivamente reconhecido.

Festas Felizes

Cristina Ferreira
Presidente do STAAE SUL e RA

STAAE
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS



Conferência final do projeto EU CONVINCe em Varsóvia



A FNE foi um dos cem participantes na Conferência Final do projeto EU CONVINCe, uma parceria do CSEE (Comité Sindical Europeu da Educação) com os empregadores europeus da educação (EFEE) e a ESHA – Associação Europeia de Diretores Escolares, que decorreu em 14 e 15 de novembro de 2019, nas instalações do sindicato da educação ZNP, em Varsóvia, Polónia.

O EU CONVINCe é um projeto cofinanciado pela União Europeia, que visa promover valores fundamentais de liberdade, tolerância e não discriminação através de uma educação de qualidade inclusiva para todos.

Ao reunir professores e outros profissionais da educação, líderes escolares, empregadores da educação e a comunidade de políticas educativas em geral, os promotores procuraram criar uma visão e ferramentas pró-

prias, que pudessem ter um impacto real nas escolas e nas salas de aula europeias.

Na prática, exploraram-se maneiras de transformar a visão desenvolvida durante o projeto em realidade, através da partilha de boas práticas, capazes de implementar a cidadania

democrática e a educação inclusiva em diferentes contextos nacionais.

Entre os diversos resultados do projeto contam-se o Relatório da Pesquisa “Desafios e Boas Práticas Relacionadas à Promoção da Cidadania e Valores de Liberdade, Tolerância e Não Discriminação Através da Educação”, duas Declarações Conjuntas (Educação para a cidadania e valores comuns da UE pelos parceiros do projeto EU CONVINCe e escolas inclusivas no contexto de diversas sociedades” e, finalmente, o MOOC (curso online gratuito) para a “Cidadania e a Educação para os Direitos Humanos para a Mudança”, realizado entre abril e junho de 2019.

Todo o material do curso está disponível gratuitamente ao público.



Durante a conferência, os participantes compartilharam boas práticas de seus próprios países, em questões como o ensino em contexto multicultural ou o ensino de questões controversas, nomeadamente as que dizem respeito a temas relacionados com a comunidade LGBTI e a educação.

Um dos destaques da Conferência foram os painéis de discussão que ocorreram no segundo dia. Especialistas de organizações internacionais, como a Agência dos Direitos Fundamentais (FRA), Eurydice e Conselho da Europa, bem como de autoridades educativas locais (Conselho da Cidade de Varsóvia), discutiram a diversidade de contextos nacionais em relação à Cidadania Democrática e à educação em Direitos Humanos.

A sessão de boas vindas não contou com nenhum representante do Ministério da Educação polaco, em virtude do debate (muito aguçado) em curso sobre Educação Sexual nas Escolas. Porém entrevistaram Slawomir Broniarz (Presidente do ZNP) e dois representantes do Solidarnosc (Maria Kotelko – KSN NSZZ e Tomasz Gryczan – SKOİW), que sublinharam que os jovens devem crescer com a Democracia e que o nosso diálogo sindical deve levar à partilha dos grandes valores comuns.

A intervenção mais forte acabaria por ser a de Adam Bodnar, Comissário polaco para os Direitos Humanos, que reiterou “estarmos a viver num modo MULTI: étnico, cultural e religioso e com muitos problemas com a Democracia. Não é só uma questão de termos ou não alguns



tópicos no currículo”, lembrou ele, “mas não podemos esquecer que estamos a moldar as gerações e os cidadãos do futuro”.

Em sua opinião, “as pessoas que protestam na Polónia são as velhas gerações, que atravessaram acontecimentos horrendos, e os jovens não estão a ajudar, pois vivem numa bolha de media diferente da nossa”. Para Adam Bodnar, a Europa precisa de uma Democracia plena e de uma Educação verdadeiramente inclusiva: “Alguns alunos vão em visita de estudo aos campos de concentração, mas isto deveria estar no currículo, pois não é só uma questão de memórias, mas é a nossa própria vida - que todos deverão entender”.



A conferência também incluiu um debate sobre a abordagem de toda a escola como forma de promover a educação inclusiva na perspetiva dos professores, líderes escolares, empregadores, estudantes (representados pelo OBESU) e famílias (representadas pela COFACE Families Europe).

Do Programa do dia 14 constou uma visita cultural ao Museu da História dos Judeus Polacos, que guarda a riqueza civilizacional deste grupo dos primórdios aos nossos dias, passando, como é óbvio, pelo período negro da II Grande Guerra Mundial.

Ao encerrar a conferência, a diretora europeia do CSEE, Susan Flocken, referiu que “Construir uma Europa com valores fundamentais de liberdade, tolerância e inclusão é mais urgente do que nunca. A educação e os professores estão na vanguarda, mas precisam de apoio e do financiamento adequados”. O representante da FNE neste evento foi Joaquim Santos.



YOUR TURN! TEACHERS FOR
TRADE UNION
RENEWAL

1st Workshop
Rome, 25-26 November 2019

Wifi: Segreteria Casa 2.4G
Psw: lungara18

supported by the European Commission, DG Employment, Social Affairs and Inclusion.

European Region



Professores para a Renovação Sindical em Roma

A FNE participou no seminário do CSEE - Comité Sindical Europeu da Educação “**É a Tua Vez! Professores para a Renovação Sindical**” (“*YOUR TURN! Teachers for trade union renewal*”), que decorreu em 25 e 26 de novembro de 2019, em Roma.

Durante estes dois dias de trabalho fomos desafiados a olhar o futuro, a repensar a Educação e o Sindicalismo. No fundo, desafiados a nos reinventarmos nesta Era em constante transformação.

Apresentadas as diferentes realidades de cada país, que condicionam a ação das organizações sindicais existentes, sublinharam-se também constrangimentos transversais, tais como a sobrecarga do horário de trabalho, baixos salários, condições de trabalho pouco satisfatórias, precariedade laboral e pouco reconhecimento do valor profissional dos docentes.

Conscientes dos fatores externos que condicionam a atividade sindical (nomeadamente políticos, económicos, tecnológicos e os referentes aos mercados de trabalho), bem como dos desafios internos que estas organizações enfrentam (entre os quais o volume de sócios e o seu compromisso/envolvimento, envelhecimento dos membros ativistas, significativa negociação coletiva) e associando a partilha de alguns projetos implementados que visam todo um processo de atenuar/ultrapassar aspetos identificados como pontos fracos nas suas estruturas, este seminário levou a um debate frutífero sobre qual o caminho a percorrer.

Na sua conclusão ficou uma linha condutora para futuras ações, principalmente a de que os **sindicatos têm que ser significativos para todos aqueles que representam.**

Para saber mais sobre este projeto:

<https://www.csee-etuice.org/en/policy-issues/2907-your-turn-teachers-for-trade-union-renewal-2018-202099>

Maria Goreti Ferraz e Manuela Diogo



CSEE e Empregadores acordam programa para 2020-2021



Os delegados nacionais do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação do CSEE (Comité Sindical Europeu da Educação) e da EFEE (Federação Europeia de Empregadores da Educação) reuniram no dia 2 de dezembro de 2019, em Bruxelas, para a reunião plenária anual do Diálogo Social Setorial Europeu na Educação (ESSDE, em inglês), em que também participa, como observadora, a Comissão Europeia (CE).

Aqueles dois parceiros estabeleceram os seus planos e comprometeram-se com medidas concretas e prioridades políticas relacionadas com o multiculturalismo, integração de refugiados e migrantes.

O ESSDE é um comité setorial que reúne organizações sindicais e de empregadores, conhecidos coletivamente como parceiros sociais, para negociações sobre questões de Educação, Formação e Emprego.

A União Europeia (UE) apoia o diálogo social a nível europeu para vários setores da economia e o CSEE (Região Europa da Internacional da Educação) é a organização sindical que representa os trabalhadores europeus na educação.

A reunião plenária anual do ESSDE é o órgão formal de tomada de decisão deste órgão bipartido, responsável por enviar uma proposta de Plano Anual de Atividades, a um órgão mais restrito, que o aprovará em janeiro próximo.

Os participantes (incluindo Portugal, representado pela FNE/Joaquim Santos) debateram, alteraram e aprovaram três documentos produzidos em comum: 1) Uma declaração conjunta sobre multiculturalismo, educação inclusiva e valores fundamentais da EU; 2) Diretrizes práticas conjuntas que abordam os níveis europeu, nacional e local para promover a integração efetiva de migrantes e refugiados na educação e no ambiente socioeconómico dos países anfitriões; e 3) a proposta de uma estrutura de qualidade para a integração efetiva de migrantes e refugiados na educação.

As organizações membros do CSEE e da EFEE também avaliaram o trabalho da ESSDE nos últimos dois anos, antes de concordar com os

principais tópicos, instrumentos e metas do Programa de Trabalho para 2020-2021.

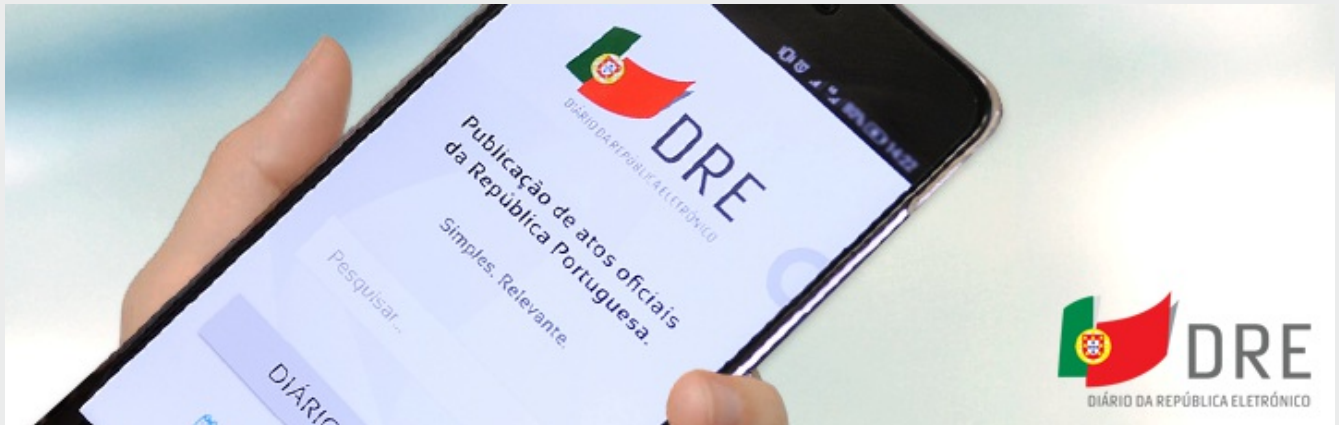
No centro das preocupações conjuntas dos parceiros sociais durante os próximos dois anos estarão temas como a qualidade da educação, uma profissão atrativa para lidar com a escassez atual e prevista de professores em toda a Europa, equidade, igualdade e inclusão, alterações climáticas e as transformações digitais. O CSEE aproveitou esta ocasião para felicitar a EFEE pelo seu 10º aniversário.

De parte da CE esteve presente Denis Crowley, que fez uma apresentação sobre o “Monitor de Educação e Formação 2019”, focado no progresso em direção aos objetivos do Quadro Estratégico Educação e Formação 2020 e nas medidas tomadas para abordar questões relacionadas com a educação, como parte integrante do Semestre Europeu.

A reunião serviu também para uma avaliação final dos projetos em curso (como o de que a FNE faz parte sobre “Aprendizagem ao Longo da Vida”) e já finalizados - como é exemplo o “Projeto EU CONVINCENCE: Valores Comuns para a Inclusão na Educação”, que teve a sua Conferência Final em 14 e 15 de novembro de 2019, em Varsóvia, Polónia.



Diplomas publicados em Diário da República de 26 de novembro a 25 de dezembro de 2019



[Resolução do Conselho de Ministros](#)

[nº 184/2019](#)

[DR nº 232/2019](#)

[Série I de 2019-12-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o Código de Conduta do Governo.

[Decreto-Lei nº 169-B/2019](#)

[DR nº 232/2019](#)

[1º Suplemento,](#)

[Série I de 2019-12-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Aprova o regime da organização e funcionamento do XXII Governo Constitucional.

[Despacho nº 11820/2019](#)

[DR nº 239/2019](#)

[Série II de 2019-12-12](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Homologa a eleição da Reitora da Universidade Aberta.

[Resolução da Assembleia da República](#)

[nº 231/2019](#)

[DR nº 240/2019](#)

[Série I de 2019-12-13](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que atualize a listagem de materiais que contêm amianto nos edifícios onde se prestam serviços públicos e que tome medidas com vista à respetiva remoção.

[Regulamento nº 950/2019](#)

[DR nº 241/2019](#)

[Série II de 2019-12-16](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT, I. P.

[Despacho nº 12327/2019](#)

[DR nº 246/2019](#)

[Série II de 2019-12-23](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Designação dos membros que integram a composição do Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

[Despacho nº 12328/2019](#)

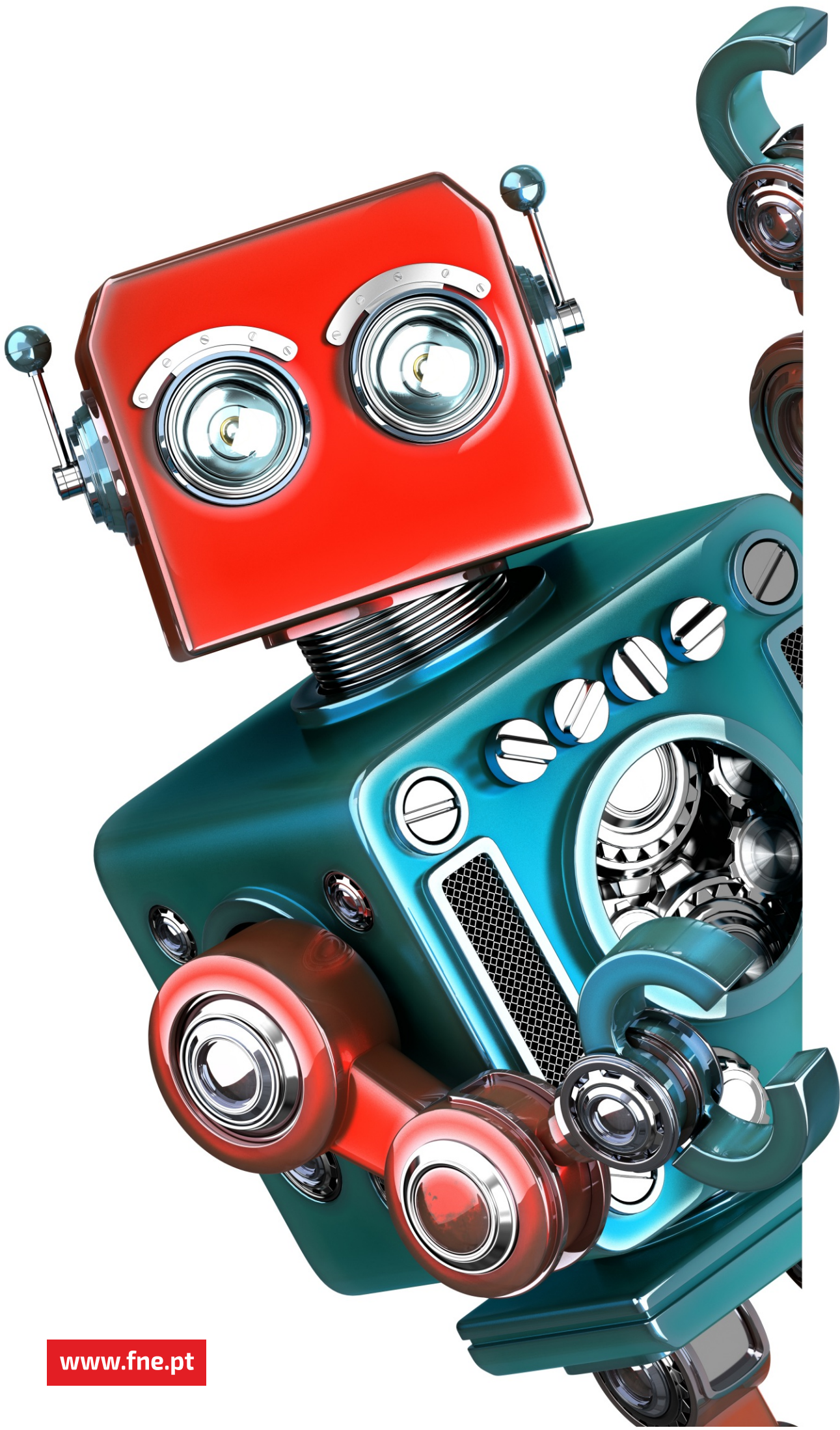
[DR nº 246/2019](#)

[Série II de 2019-12-23](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Designação dos membros que integram a composição do Gabinete do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.










www.fne.pt



+Vantagens

Protocolos

	LOCALIZAÇÃO	DESCONTO ASSOCIADO
 <p>ISCE - Instituto Superior de Ciências Educativas</p>	Odivelas	15% nas mensalidades e 7,5 % aos seus familiares diretos
 <p>ISPGAYA - Instituto Superior Politécnico Gaya</p>	V.N.Gaia	ano letivo 2019/2020 é de 5% sobre o valor das propinas e aplica-se aos estudantes, seus cônjuges e filhos, para a frequência de qualquer ciclo de estudos do ISPGAYA.
 <p>Leya e Unyleya</p>		Formação e-learning Protocolo / memorando de entendimento (Os Associados das organizações Sindicais integrantes da FNE poderão beneficiar de condições especiais de acesso nos termos a acordar pelas partes)
 <p>Universidade Aberta</p>		Ensino e Formação à distância 10% taxas de inscrição, matrícula e propinas
 <p>Universidade Aberta, a FNE e a UnYLeYa</p>		Regime presencial / em regime de formação à distância através da internet (e-learning) ou em regime dual ou misto (b-learning) Protocolo de Cooperação

	LOCALIZAÇÃO	DESCONTO ASSOCIADO
 <p>Universidade Fernando Pessoa</p>		<p>a) formação de primeiro, de segundo e de terceiro ciclos de estudos - Desconto de 10% na inscrição para formação profissional;</p> <p>b) formação pós-graduada não conferente de grau académico - Desconto entre 10% e 15% do preço global da formação, não conducente a grau académico, com oscilação dependente da implicação e da dimensão do trabalho realizado pelas partes;</p> <p>c) formação contínua de professores - Desconto de 5% na mensalidade da frequência de primeiro, de segundo e de terceiro ciclos de estudos;</p> <p>d) formação profissional - Desenvolvimento de formação sénior para a FNE, concretizável mediante a organização de cursos livres, de participação em eventos académicos e científicos, com valor de desconto de 30% sobre os preços de base.</p> <p>50% nos serviços ES-CEFOC: Tratamento estatístico de base de dados Construção e lançamento de questionários Estudos de opinião e de mercado</p>
 <p>Universidade Fernando Pessoa</p>	Porto	Cursos de Especialização Tecnológica (estágio formação em contexto de trabalho)
 <p>UNIVERSIDADE PORTUCALENSE</p> <p>Universidade Portucalense</p>	Porto	5% na inscrição e 5% na anuidade

FICHA TÉCNICA
DEZEMBRO 2019

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Teresa Morais

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato

Democrático dos Professores do Sul * Sindicato Democrático dos Professores dos Açores * Sindicato Democrático dos Professores da Madeira * Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro * Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 * fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques e Tiago Soares





*Feliz Natal
e um
Bom Ano Novo*

Neste momento especial que todos os anos vem lembrar a obrigação de sermos solidários ao longo de todos os dias do ano, impõe-se uma mensagem de otimismo, esperança e de confiança. Estamos certos de que o próximo ano nos vai dar esses sinais.

Portugal e os trabalhadores da educação merecem.